



Clipping Nacional

de

EDUCAÇÃO

Brasília, 31 de Janeiro de 2020

Uma modesta proposta para o Enem

Ruy Goiaba

Está difícil a vida dos meus colegas da Crusoé em Brasília. Toda hora Jair Bolsonaro dá a chamada guinada de 360 graus: exonera, depois recua da exoneração, depois recua do recuo. Até eu estou com medo de que o presidente coloque o demitido, readmitido e redemitido Vicente Santini na chefia da Casa Civil minutos depois de a minha coluna sair. Ou que resolva tirar as calças pela cabeça durante a live das quintas-feiras, já que fecho o texto antes dela. Cadê o Cade para reprimir a concorrência desleal numa hora dessas?

O fato é que esse esquete dos Trapalhões encenado pelo governo federal teve muitos highlights no mês que está terminando hoje (pelos meus cálculos, dia 93 de janeiro). Além de Roberto Alvim como Dr. Strangelove e Viúva Porcina na Cultura (Bolsonaro, por favor: leve Regina Duarte para uma live e mande um “tô certo ou tô errado?”, à la Sinhozinho Malta. Nunca lhe pedi nada), tivemos Damares Alves anunciando campanha pela abstinência sexual dos jovens para fevereiro (mês do Carnaval, timing perfeito) e as lambanças no MEC.

Essas últimas foram um capítulo à parte, a começar pelos erros nas provas do Enem. Esta coluna, porém, não se dedica apenas a

esculachar políticos, não, senhores: pelo bem do Brasil, ela é PROPOSITIVA. Sendo assim, deixo aqui para Abraham Weintraub, humildemente, algumas sugestões de perguntas de múltipla escolha que podem ser usadas nas futuras provas do Enem. Não vão medir conhecimento de espécie alguma, mas espero que sejam mais divertidas que as lacradinhas do ministro no Twitter. (OK, sei que isso não é difícil.)

1. Os erros verificados em algumas provas do Enem desencadearam um efeito-dominó que levou à suspensão das inscrições no Prouni e a uma briga judicial pela divulgação dos resultados do Sisu. Houve até gente aprovada para curso que não escolheu. Qual a razão de todas essas confusões?

- a) Çabotajem
- b) Uma imprecionante coincidência
- c) E o PT? Vossês não falam do PT!
- d) Todas as anteriores que vêm antes

2. Jair Bolsonaro disse ser “inadmissível” que Vicente Santini tenha usado voo da FAB e o demitiu do posto de número dois da Casa Civil. Depois, o amigo dos Bolsokids foi readmitido em outro cargo,

ganhando cerca de 300 reais a menos, e enfim exonerado de novo. A que se deveu a mudança?

- a) Não houve mudança. É intriga da extrema-imprensa
- b) Foi um sabotador que assinou a medida no Diário Oficial
- c) Foi engano, talvez? Até parece que você nunca se engana, porra!
- d) Se Santini não for demitido, readmitido e redemitido, o Lula volta

3. O presidente falou em dividir o Ministério da Justiça tirando dele a área da Segurança Pública, o que enfraqueceria Sergio Moro. Depois, diante da repercussão negativa, voltou atrás. O ministro vai sobreviver até 2022?

- a) Bom era quando o PT estava no governo, né?
- b) E o Doria? Vocês não falam do Doria. Tucanos! Safados!
- c) Lixo de site! O Torço Livre é muito melhor
- d) (Tuíte do Carluxo com foto misterioza)

4. Responder a questões de múltipla escolha é coisa de gay?

- a) Se eu comprar 10 kg de carne, dá pra 20 comer?
- b) Tatu caminha dentro?
- c) Um barco está afundando com





o cachorrinho Nabunda dentro. Você leva Nabunda ou deixa Nabunda?

d) Nada contra, até tenho amigos que são, talquei? Um abraço hétero!

Ainda é preciso corrigir as três últimas questões, que estão fora do padrão ortográfico do ministro Weintraub, mas a ideia é essa. Contrata eu, MEC!

A GOIABICE DA SEMANA

Que injustiça a internet dando risada com o sensacional Parkour de Taubaté –em vez de mortais e saltos acrobáticos, pessoas dando pulinhos de um degrau para outro ou rolando cuidadosamente no chão. Chegaram a dizer que era como uma prova de ciclismo com adultos pedalando bicicletas com rodinhas. O Parkour de Taubaté deve ser louvado como esporte inclusivo, que até eu e a sua tia-avó com artrite (nessa ordem crescente de agilidade) conseguimos praticar. Se um dia virar esporte olímpico, pelo menos aquele bronze do Brasil eu garanto.

Em debate no Congresso, novo Fundeb tem chance de corrigir distorções na educação



Escola municipal na zona rural de Tamboril (CE); em 12 anos, colégios públicos cearenses avançaram 13 posições no ranking nacional de desempenho — Foto: Eduardo Zappia/Valor

Congresso discute novo projeto do Fundeb, que tem a chance de corrigir distorções no investimento público na área

Por Carlos Rydlewsky — Para o Valor, de São Paulo

Existem dois problemas tão enraizados quanto crônicos na estrutura de financiamento da educação básica no Brasil. O primeiro deles diz respeito à desigualdade no investimento entre os Estados e os municípios brasileiros no setor. O segundo é a escassez de mecanismos que associem o repasse de verbas públicas à melhoria de resultados no aprendizado de alunos em sala de aula.

O país, contudo, tem nas mãos a chance de ao menos atenuar - eventualmente, até de forma

expressiva - esses dois entraves numa só cajadada. O ensejo para tais mudanças está sendo dado pelo debate e pela iminente votação no Congresso Nacional do novo projeto do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb).

O Fundeb representa até 45% do investimento total em educação básica no país. Em 2019, atingiu a cifra de R\$ 157 bilhões

O Fundeb é um gigante. Sozinho, representa até 45% do investimento total (60% do vinculado) em educação básica no país. Seu impacto estende-se do infantil até o fim do ensino médio. Em 2019, estima-se que tenha atingido a cifra de R\$ 157 bilhões (R\$ 143 bilhões provenientes de Estados e municípios

e R\$ 14 bilhões da União). Agora, precisa ser renovado.

Criado em 2006 (ativo desde 2007), o Fundeb tem caráter provisório. Expira em 2020. Essa é considerada, por especialistas, uma possibilidade de engendrar avanços no fundo, mas ela embute riscos. Para compor o orçamento de 2021, o projeto deve ser aprovado ainda neste semestre. E tal tarefa não é simples. O tema é complexo e o ano, eleitoral - o que encurta o calendário do Legislativo. “O problema é que, à medida que o tempo passa, perdemos a oportunidade de fazer alterações profundas na nova lei”, diz Ricardo Henriques, superintendente do Instituto Unibanco.

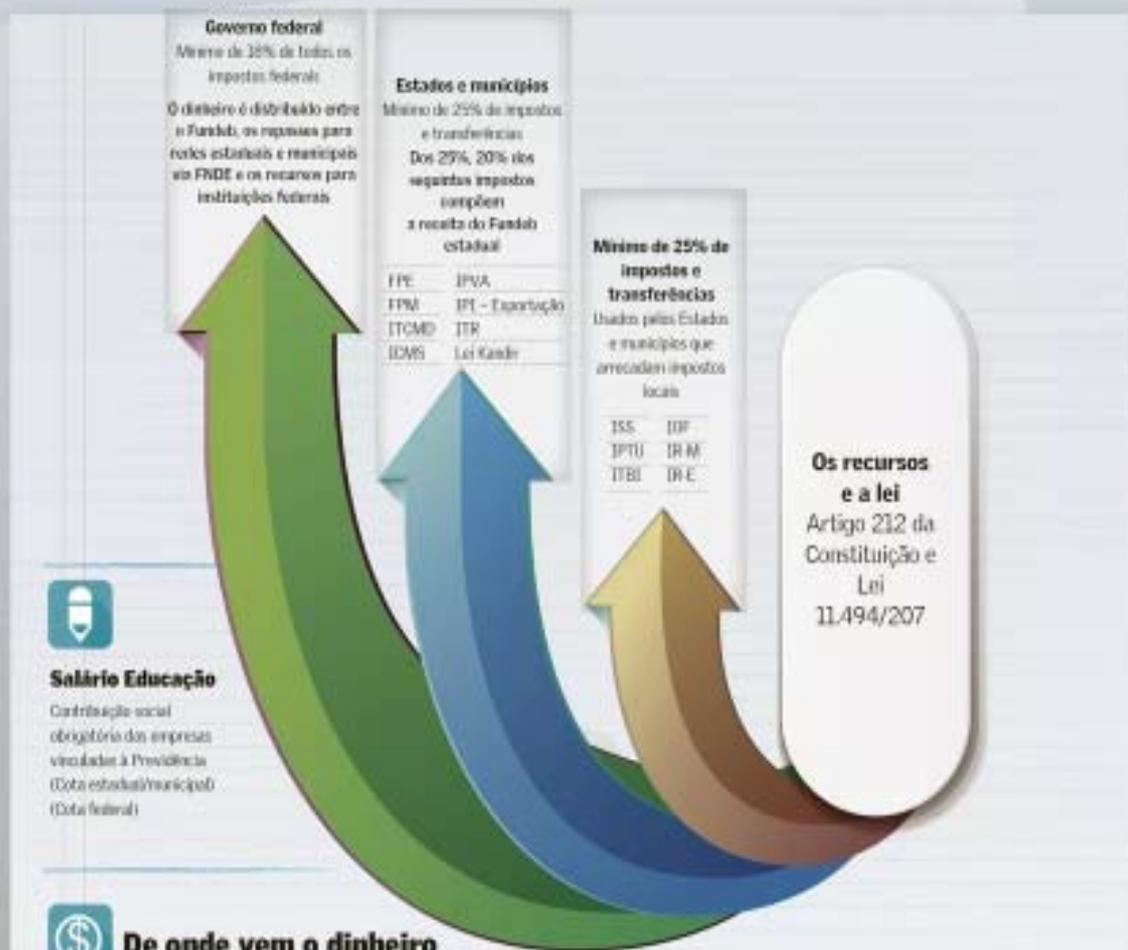
Entre debates, riscos e oportunidades, porém, a realidade persiste. A desigualdade do investimento em educação básica é enorme no Brasil. Um estudo realizado em 2017 pela Consultoria de Orçamento e Finanças (Conof) da Câmara dos Deputados indica que essa diferença atinge 570% em alguns casos. Assim, em valores de 2015, a cidade de Turiaçu, no Maranhão, dispõe de R\$ 2,9 mil (R\$ 241 reais por mês) para investir por aluno em um ano. Na gaúcha Pinto Bandeira, o montante chega a R\$ 19,5 mil (R\$ 1,6 mil por mês). Existem ainda disparidades dentro de um mesmo Estado. No Pará, enquanto Canaã dos Carajás conta com R\$ 7,7 mil por aluno/ano, há





O caminho do dinheiro na educação

O Fundeb, cujo prazo de validade expira neste ano, representa cerca de 60% das verbas vinculadas e mais de 40% dos recursos totais da educação básica no país



Salário Educação

Contribuição social obrigatória das empresas vinculada à Previdência (Cota estadual/municipal) (Cota federal)



De onde vem o dinheiro

Fundeb

É formado por 27 fontes independentes, um para cada Estado e a DF. A parcela da União corresponde a 10% da soma dos 27 Fundeb e é repassada para as entidades da federação que não conseguem assegurar com recursos próprios o valor mínimo de investimento nacional por aluno definido pelo MEC a cada ano. O Fundeb representa mais de 40% do gasto com educação básica no Brasil

FNDE

Órgão do governo federal vinculado ao MEC

O destino do dinheiro

Investimento de todos os governos por nível de ensino, em % do total (2015) - em %



Exemplos de composição de receitas efetivas estaduais com despesas educacionais (2015) - em %

Fontes e despesas com educação	São Paulo	Pará
Fundeb	51,25	65,9
Complementação da União	-	28,2
Salário educação	8,0	2,0
Transferências FNDE	0,5	1,7
Impostos e transferências estaduais	40,3	30,4

Fonte: Instituto Unifauce





cidades nas quais a quantia não ultrapassa os R\$ 3,1 mil.

É possível, no entanto, reduzir a profundidade desse fosso. E é justamente nesse ponto que o Fundeb entra na história. Ele foi concebido para atuar como um equalizador dos recursos aplicados na educação básica. E se hoje a desigualdade do investimento chega a 570%, sem o fundo ela seria maior. Muito maior, aliás. De acordo com a análise feita pelos técnicos do Conof, a diferença seria de 10.000%. Ou seja, atingiria patamares tão altos que só podem ser definidos como elusivos. “A boa nova é que não faltam projetos voltados para aprimorar essa engrenagem”, diz Naercio Menezes Filho, coordenador do Centro de Políticas Públicas do Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper).

Ocorre que, para entender como esses remédios poderiam atuar, é preciso fazer um pequeno diagnóstico do sistema. Hoje, o Fundeb é formado por 27 fundos independentes (nos 26 Estados e no Distrito Federal). A receita de cada um deles é composta por uma cesta de impostos e repasses federais (veja quadro à pág. 13). A União participa do bolo com um complemento equivalente a 10% do total amealhado pelos 27 fundos.

Os problemas começam com o repasse das verbas, feito de duas maneiras. Na primeira, os recursos arrecadados em cada Estado são distribuídos internamente, com base no número de alunos matriculados nas redes de ensino locais (ponderados por 19 fatores).



“O aspecto mais inovador das mudanças seria transformar o Fundeb em um indutor de avanços na qualidade da educação”, diz Ricardo Henriques, do Instituto Unibanco — Foto: Sílvia Zamboni/Valor

Concluída essa etapa, a União faz um aporte complementar voltado para as unidades da federação que não conseguiram atingir, com recursos próprios, um valor mínimo de investimento aluno/ano. Essa quantia é definida pelo Ministério da Educação (MEC). Para 2020, foi fixada em R\$ 3.643,16 por aluno/ano. Ela deveria funcionar como um socorro para as regiões mais vulneráveis do país, mas, na prática, não é bem assim que a coisa ocorre.

Para distribuir o dinheiro, o governo federal forma, por assim dizer, uma fila de Estados. Aquele que se encontra na pior situação, com o valor mais baixo de investimento por aluno (ou seja, o 27º da fila), é o primeiro a receber o complemento. Com esses recursos, ele é equiparado ao 26º. Depois, um novo aporte iguala os dois (o 27º e o 26º) ao 25º e assim sucessivamente até que acabe a verba da União. Em geral, ela é suficiente para abastecer

entre 9 e 10 unidades da federação. Ou seja, pelo menos 16 Estados ficam fora festa. “E é aqui que começam as distorções”, diz Priscila Cruz, presidente da ONG Todos pela Educação, que produziu um amplo estudo com propostas para aprimorar o Fundeb. “Existem cidades pobres em Estados ricos que não recebem nada. Em contrapartida, municípios ricos em Estados pobres que têm acesso ao benefício.”

Por causa dessa distorção, cidades como Canãa dos Carajás (PA), com investimento anual por estudante de R\$ 7,7 mil (em valores de 2015), ou Recife (PE), com R\$ 7,3 mil por aluno/ano, recebem a complementação de verbas da União. Isso porque elas ficam em Estados “pobres”, que não alcançam o valor mínimo de investimento por aluno.

Enquanto isso, Campinópolis, no





Estudo de Naercio Menezes Filho, do Insper, indicá que o nível socioeconômico das famílias explica cerca de três quartos do desempenho das crianças em testes padronizados — Foto: Ana Paula Paiva/Valor

Mato Grosso, com R\$ 3,4 mil por aluno/ano, fica fora do bolo, pois está em uma unidade “abastada”. Outro exemplo da deformação do modelo é o Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais. Embora seja uma das regiões mais carentes do Brasil, está encravada em um Estado “rico”. Assim, não vê a cor do complemento do governo federal.

Há razoável consenso entre especialistas sobre o fato de que propostas de mudanças no sistema devem apontar em duas direções simultaneamente. “Temos de modificar tanto a forma como as verbas são divididas dentro dos Estados como a maneira pela qual o governo faz seus repasses”, diz Priscila Cruz. A intervenção na primeira perna do problema, ou seja, na distribuição do dinheiro dentro de cada unidade da federação, é até simples.

Em vez de repartir os recursos

com base no número de alunos das redes de ensino, a ideia é incluir na fórmula de cálculo uma variável socioeconômica. Isso para favorecer as cidades mais vulneráveis. Para muitos técnicos, essa é uma boa medida. Estudo apresentado por Menezes Filho, do Insper, em abril do ano passado na Câmara, indica que o nível socioeconômico das famílias explica cerca de três quartos do desempenho das crianças em testes padronizados.

O segundo foco de mudanças é a complementação dada pelo governo federal. Hoje, muitos recursos arrecadados pelos Estados - e aplicados na educação - não precisam ser contabilizados no Fundeb. Esses valores incluem receitas com o salário-educação (cerca de R\$ 13 bilhões por ano) e 5% de um conjunto de impostos cujo valor corresponde a um quarto dos fundos estaduais.

Assim, na hora de distribuir o dinheiro adicional, o governo não sabe quem de fato é “rico” ou “pobre”. Mesmo porque a base de cálculos é parcial. “A nossa sugestão é que os recursos de todas as fontes usadas na educação passem a ser considerados antes da distribuição da verba federal”, diz Caio Callegari, coordenador de projetos do Todos pela Educação. “Assim, vai ficar claro quem realmente tem ou não dinheiro para o setor.”

Aprimorar o “fator equidade”, no entanto, é apenas o primeiro capítulo - ainda que denso - das alterações em debate. “O aspecto mais inovador das mudanças seria transformar o Fundeb em um indutor de avanços na qualidade da educação no Brasil”, diz Ricardo Henriques, do Instituto Unibanco. Nesse caso, o repasse de verbas do fundo seria usado como uma forma de incentivo para que as cidades implementem práticas educacionais e de gestão de eficiência comprovada.

Há diversos projetos que apontam nessa direção. Em geral, eles propõem a premiação pelo mérito para os bem-sucedidos, mas, em paralelo, com assistência para quem não atingir seus objetivos. Assim, aqueles que obtêm melhores resultados recebem mais dinheiro. Quem não apresentar avanços, porém, não é punido, mas auxiliado a melhorar. Essa, ao menos, é a teoria.

Para transformá-la em prática, Menezes Filho, do Insper, propõe a criação do Programa de Incentivo à Efetividade (PIE). Ele usaria 10% da





parcela da União no fundo para transferências com base em um indicador de eficácia para cada unidade da federação. Caberia ao governo federal apoiar os Estados que não atingissem suas metas.

O PIE levaria em conta fatores como a adesão das escolas à Base Nacional Comum Curricular, “para que os professores de todo o país saibam o que os estudantes devem aprender em cada série”, o uso de avaliações externas anuais e, entre outros pontos, o número efetivo de horas de aula por dia. “Em muitos casos, elas não vão além de duas horas”, diz Menezes Filho. “Mas deveriam passar para pelo menos 5 horas. As pesquisas apontam que o estudo de português e matemática por mais tempo tem realmente impacto positivo no desempenho dos alunos nessas disciplinas.”

A deputada federal Tabata Amaral (PDT-SP) também apresentou na Câmara uma série de

propostas que transformam o Fundeb em um indutor de qualidade. “Em geral, elas têm como inspiração o Ceará, que usa parte do ICMS para incentivar avanços em todo o sistema educacional”, diz Tabata. E o caso cearense chama atenção por pelo menos dois motivos. Um deles está nos resultados obtidos nos bancos escolares.

Em 2005, os colégios públicos cearenses ocupavam a 18ª posição no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), indicador que permite o monitoramento da qualidade do ensino no país. Em 2017, o último dado disponível, elas já estavam na 5ª colocação. Ou seja, em 12 anos avançaram 13 posições no ranking nacional de desempenho. E esse é apenas um dos avanços alcançados por meio de ações que passaram pela otimização das redes de ensino, a correção do fluxo escolar, professores orientados com base em material pedagógico definido, além de um sistema externo

de avaliação.

A segunda surpresa provocada pelo modelo educacional cearense tem a ver com uma dúvida: afinal, por que ele foi pouquíssimo reproduzido de forma sistemática em outras regiões do país, embora tenha se mostrado eficaz e esteja consolidado há quase uma década. Para muitos especialistas, como Ricardo Henriques, do Instituto Unibanco, essa incapacidade de reproduzir exemplos de sucesso é reflexo da desarticulação do setor no Brasil. Para a deputada Tabata Amaral, a inclusão de princípios da prática no Ceará na proposta do novo Fundeb pode servir de estímulo para sua reprodução.

A parlamentar observa que o “novo Fundeb” poderia ainda ser usado para estimular boas práticas de gestão no setor. Para isso, também premiaria as cidades que mais avançassem nesse front. E, nessa área, há um campo enorme a ser explorado. Uma pesquisa realizada pela própria Tabata, à época que estudava em Harvard, nos Estados Unidos, mostrou que três em cada quatro diretores de escolas públicas brasileiras são nomeados por critérios políticos. “São os vereadores que fazem as indicações”, diz ela.

Para piorar o quadro, o estudo revelou que a rotatividade desse pessoal é enorme. Os dirigentes permanecem, em média, dois anos nos postos. “Ocorre que, se não modificarmos a qualidade da gestão escolar, todos os outros programas, como a educação em tempo integral, as novas tecnologias, a adoção de



Priscila Cruz, da ONG Todos pela Educação, aponta que há cidades pobres em Estados ricos que não recebem do Fundeb e municípios ricos em Estados pobres que acessam o benefício — Foto: Sílvia Costantini/Valor





um currículo mínimo e até o aumento dos salários dos professores vão esbarrar em limites”, avalia Menezes Filho, do Insper. “Eles resultarão em pequenas melhorias de aprendizado, mas sem impacto em larga escala.”

As propostas para aprimorar a equidade e induzir melhoria no aprendizado e na gestão parecem lógicas, mas o fato é que têm implementação bastante complexa. Ainda assim, elas não superam o potencial controverso de outro tema associado ao Fundeb. Trata-se do aumento do aporte do governo federal no fundo. Hoje, a União participa com um adicional de 10% sobre o total arrecadado por Estados e municípios. As reivindicações, contudo, apontam para elevações que vão dos 15% aos 40%.

O estudo preparado pelo Todos pela Educação mostrou o resultado que esses acréscimos teriam no sistema. Se a União entrasse com um aporte de 15%, e se fossem adotadas as mudanças na distribuição de recursos expostas no início desta reportagem, a desigualdade do investimento entre municípios passaria dos atuais 570% para 347%. “Com 25% de complementação, a diferença atual cairia pela metade”, diz Caio Callegari, coordenador de projetos da ONG. “Isso mostra que precisamos das duas coisas: um modelo pró-equidade e um aumento da complementação da União.”

Quando se chega à questão das verbas - ou melhor, de mais verbas - sempre vem à tona a dúvida se o Brasil investe pouco ou muito em educação. E não é só isso: e se, dado

o uso ineficaz do dinheiro, deveria aumentar esse valor. O fato é que, como proporção do PIB, é elevado o nível das despesas do país no setor. Elas respondem por 5,4% do produto nacional (dados de 2014), ante uma média de 4,8% da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o grupo que reúne os países mais ricos do mundo. No entanto, esses números não contam toda a história. Pois é baixo o investimento em alguns níveis do ciclo. Do fim do ensino fundamental até o médio, por exemplo, o Brasil despense US\$ 3,8 mil por estudante, o que representa apenas um terço da média da OCDE.

Isso não quer dizer que não se possa gastar melhor. Com aportes de US\$ 3,8 mil por aluno (valores de 2015), o Brasil obteve 377 pontos na prova de matemática no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa). Enquanto isso, a título de comparação, o México, com investimento de US\$ 3,2 mil por aluno, conseguiu 408 pontos. A Indonésia faz mais - e com menos: com US\$ 1,2 mil por estudante, chegou a 386 pontos. “Não pode haver dicotomia no debate brasileiro sobre ‘aumentar gastos’ ou ‘melhorar a gestão’”, diz Priscila Cruz. “Nem podemos deixar de lado a urgência de reduzir a desigualdade nos investimentos. A verdade é que, se considerarmos o estágio em que estamos nesse setor, temos de fazer todas essas coisas ao mesmo tempo.”

Ela observa que um eventual aumento do percentual da União no Fundeb, em todas as propostas,

aconteceria de forma paulatina, em uma transição que duraria entre cinco e oito anos. “Mesmo porque os municípios precisariam se preparar para utilizar os novos recursos. Nenhuma instituição que receba um grande volume adicional de dinheiro do dia para a noite vai estar pronta para fazer o melhor uso dessas quantias”, afirma Priscila. “Daí, a necessidade de um tempo para a adaptação.”

Outro ponto-chave nas discussões é a mudança de status do Fundeb. Hoje provisório, a proposta é que se torne parte permanente da Constituição. O argumento a favor da mudança é simples: dar estabilidade ao fundo, cujo peso na estrutura de financiamento da educação básica é inegável. “Ele tem impacto em áreas que incluem tanto os salários como a formação continuada dos professores, além do transporte escolar”, diz Tabata. “Um instrumento de política nacional dessa relevância não pode ficar à deriva.”

Nesse ponto, há vozes dissonantes. João Batista Oliveira, do Instituto Alfa Beto, pondera que a população brasileira está envelhecendo. As estimativas apontam que, em 2040, o país terá 56 milhões de pessoas com menos de 20 anos e 54 milhões com mais de 60. Em 2060, a situação inverte-se: serão 40 milhões de jovens para 76 milhões de idosos. “Isso significa que teremos uma demanda menor por vagas em escolas e uma necessidade maior de serviços na área de saúde”, afirma Oliveira. “Nesse contexto de mudança demográfica, não me parece prudente criar novas vinculações.





Elas representam novos riscos.”

Oliveira observa que 60% das verbas do Fundeb já têm endereço previamente definido. Elas têm de ser usadas no pagamento de professores. Algo que não chega a ser surpreendente, uma vez que a educação é uma atividade intensiva em mão de obra. “Mas o município que dispõe de maior poder de decisão sobre como alocar seus recursos encontrará formas mais eficientes de investimento”, avalia Oliveira. “O modelo atual engessa o sistema.”

Naercio Menezes Filho, do Insuper, tem uma visão oposta sobre o assunto. Para ele, as vinculações são necessárias. “Elas evitam que as receitas das cidades sejam capturadas pelas elites locais”, anotou em um estudo. Isso especialmente nas regiões menos desenvolvidas do país. Menezes observa que, no período em que as vinculações deixaram de vigorar, os gastos com educação aumentaram menos no Brasil. Na opinião da deputada Dorinha Seabra (DEM-TO), a relatora da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) sobre o Fundeb na Câmara, as transformações demográficas não diminuem a necessidade de tornar o fundo perene. “A qualquer momento poderemos fazer uma revisão da legislação”, afirma ela. “Essa é uma possibilidade que deve ser incluída na PEC.”

Por fim, grupos de deputados e especialistas também querem atenuar o caráter pró-cíclico do fundo. Hoje, ele engorda nos períodos de bonança, quando a arrecadação do

poder público aumenta, mas desidrata nos períodos de seca, provocados pelas crises econômicas. Nesse caso, uma das ideias é estabelecer um valor anual com base na média dos anos anteriores (de 3 a 5 anos por exemplo). Outro mecanismo seria garantir aumentos reais de 2% a 2,5% ao ano até que o valor mínimo por aluno atingisse o patamar de R\$ 6 mil.

Não são poucas, nem pequenas, as possíveis modificações do Fundeb. A questão é: até que ponto essas inovações serão incorporadas à nova lei pelo Congresso? Parlamentares ouvidos nesta reportagem acreditam que alterações como a transformação do Fundeb de provisório para permanente estariam “pacificadas”. É considerada certa ainda a elevação do complemento do governo federal de 10% para pelo menos 15% do total arrecadado por Estados e municípios. Esse valor, no entanto, pode chegar a 20%. De acordo com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), os recursos adicionais viriam do salário-educação. “Mas qualquer aumento terá de estar relacionado a avanços de produtividade e eficiência”, diz ele.

De acordo com a deputada Dorinha, estão sendo feitos estudos para definir qual percentual será adotado e quais as fontes das verbas adicionais. “As mudanças serão feitas com responsabilidade fiscal”, afirma a parlamentar. Quanto aos prazos, Maia acredita que o projeto do novo Fundeb pode ir para votação no plenário da Casa em março. “Mas essa é apenas a minha percepção”, afirma. “Vamos ter de

esperar para ver.”

Há controvérsias, contudo, sobre as alterações na distribuição das verbas do Fundeb. Há objeções para alterar o foco dos repasses que iria passar dos Estados para os municípios mais vulneráveis. “Nesse caso, quem perde dinheiro sempre oferece resistência”, diz o deputado Idilvan Alencar (PDT-CE). Para contornar o impasse, existe uma via conciliatória. Ela mantém o atual modelo, mas muda o critério de distribuição dos recursos adicionais que o fundo deve contar a partir de 2020. O problema é que, para alguns críticos, esse tipo de acomodação fica no meio do caminho - não desfaz um erro e nem leva a um acerto.

Em nota enviada para esta reportagem, o MEC afirmou que apresentaria ao Congresso uma nova PEC sobre o Fundeb. Até o fechamento desta edição, a proposta não havia sido encaminhada aos parlamentares. Entre os congressistas, a iniciativa do ministério era vista com desdém. “Estamos discutindo há muito tempo o projeto, e foram feitas perto de 50 audiências públicas sobre o assunto”, diz a deputada Dorinha. “Agora, não vejo caminho para chegada de uma nova PEC.” Rodrigo Maia concorda. Para ele, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, tornou-se irrelevante no processo. “E não fez falta”, acrescenta. “É duro dizer isso, mas é a verdade.” O MEC não comentou as críticas feitas pelos parlamentares.

Para os técnicos, entretanto, o tempo para a aprovação da nova lei do Fundeb é escasso, em se tratando





de um tema tão relevante e extenso. Mesmo porque, em última análise, o que está por trás do debate sobre o financiamento da educação pública no Brasil é a possibilidade de crianças pobres não estarem condenadas a frequentar escolas pobres. Como adverte Naercio Menezes Filho, o atual estágio da educação no país é uma barreira no trajeto para que os jovens ascendam socialmente por seus próprios méritos. “Além do mais, é importante observar que o Fundeb é um exemplo de amadurecimento institucional, uma virtude de uma política que evoluiu ao longo da história, independentemente do governo de plantão”, diz Ricardo Henriques, do Instituto Unibanco. “É importante que siga assim.”

Universidade nega falha em oferta de vagas no Sisu

Alvo de investigação do Ministério Público Federal, UFMS diz que cota para pessoas com deficiência está dentro do exigido por lei

Alvo de investigação do Ministério Público Federal (MPF) por suspeita de falhas na oferta de vagas para pessoas com deficiência física, a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS) afirmou ontem que sua reserva de cadeiras nesta modalidade, por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), está dentro do que exige a legislação e acima do número apontado pelo órgão.

Em despacho revelado ontem pelo GLOBO, a Procuradoria da República no Distrito Federal calculou que a UFMS só teria disponibilizado duas vagas para

pessoas com deficiência (PcD), em um total de 2.054 vagas nos cursos da universidade.

Em nota enviada à reportagem, a UFMS disse ter oferecido 414 vagas destinadas às diferentes cotas de pessoas com deficiência. A universidade afirmou ainda que o número é superior ao estipulado nos critérios do IBGE, que exige uma reserva de 7,43% do total de vagas das instituições federais.

“A UFMS definiu um termo de adesão ao SISU com valor de 14% para PcD, ou seja, praticamente o dobro do percentual do sistema”, informou a universidade, em nota.

O MPF também apontou possíveis falhas na Universidade Federal Rural da Amazônia e na Universidade Federal de Alenas. Até ontem, as instituições não haviam se manifestado.

FIG DA MEADA O presidente da Câmara fez duras críticas ao ministro em dois eventos em menos de 12 horas. A assessores, We intraub atribuiu a irritação de Maia também à troca no comando do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação). Um aliado do parlamentar foi demitido.

ALTO-FALANTE "Sou o maior defensor da agenda econômica do governo. Só não posso defender a agenda do ministro de educação pois tenho responsabilidade com as futuras gerações", disse Maia ao PAINEL.

WO O Ministério da Educação não enviou representantes para reunião nesta quinta (30) que discutiu o Fundeb, fundo que dá recursos ao ensino básico. A ausência do MEC foi criticada.

Apagão gerencial

Parece não ter fim a desastrosa saga do Enem sob o governo Jair Bolsonaro. A pressa em retificar os erros nas notas de milhares de alunos que prestaram a prova fez com que o Inep, órgão do MEC a cargo do exame, deixasse de cumprir uma das etapas do processo de correção.

Ainda que o desempenho dos estudantes tenha, de fato, sido reavaliado após a falha vir à tona, não se recalculou, a partir dos novos índices de acerto, os parâmetros que balizam os pesos das diferentes questões do exame, conforme revelou reportagem desta Folha.

Tal aspecto afigura-se crucial, pois o Enem adota uma metodologia na qual o nível de dificuldade das perguntas é definido pelo desempenho dos alunos. O resultado final depende tanto do número de acertos como de quais questões foram assinaladas corretamente.

Promover essa recalibragem da prova, avaliam técnicos do MEC ouvidos pela reportagem, poderia produzir alterações nas notas capazes de modificar a lista de aprovados nos cursos mais concorridos.

O procedimento, contudo, tornaria mais longo o tempo de reanálise dos resultados, que obrigaria o governo a atrasar o cronograma do Sisu, o sistema que seleciona alunos para as universidades federais pela nota do exame.

Ou seja, para transmitir uma imagem de controle da situação e evitar um vexame ainda maior, o MEC

produziu potencialmente novas injustiças nos resultados do Enem.

Por mais que haja divergências a respeito dos impactos da decisão do Inep, a falta de transparência do ministério já produziu uma espessa nuvem de desconfiança sobre o principal instrumento de acesso ao ensino superior público no país.

Não há, portanto, como não concordar com o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, quando ele chama de desastrosa a gestão de Abraham Weintraub à frente do MEC. A inépcia governamental, contudo, não traz somente prejuízo aos estudantes que buscam uma vaga nas universidades.

Ela também aumenta a probabilidade de que pessoas morram ou percam suas casas em tragédias climáticas, como se viu nas copiosas chuvas que se abateram sobre Minas Gerais e Espírito Santo, devido à não utilização das verbas previstas para desastres naturais.

Inferniza a vida de mais de 1 milhão de brasileiros que aguardam uma resposta do INSS para seus pedidos de aposentadorias e auxílios-doença. Subtrai a única renda de uma multidão de miseráveis que se viram excluídos do Bolsa Família ao longo do ano passado.

A incompetência, em suma, vai grassando na máquina pública e se convertendo, ao lado do autoritarismo e do desvario ideológico, em mais uma forte marca da administração federal.

Agitando o serpentário

BRUNO BOGHOSSIAN

Não é pouca coisa o fato de que a crítica mais cortante ao caos no Ministério da Educação tenha partido do presidente da Câmara. Nem que o presidente do Senado tenha feito circular uma ameaça de retaliação ao governo diante do desmanche da Casa Civil. O Planalto já não tem apoio firme no Congresso, mas a situação sempre pode piorar.

Jair Bolsonaro assiste a disputas de poder em postos-chave de sua gestão, envolvendo diretamente os interesses de caciques políticos que podem facilitar ou dificultar sua vida. O presidente amplia o risco de turbulências a poucos dias do retorno das atividades parlamentares.

Dirigentes de siglas alinhadas à agenda do governo ficaram atônitos com a humilhação pública a que Bolsonaro submeteu Onyx Lorenzoni nos últimos dias. A decisão de esvaziar ainda mais a já debilitada estrutura da Casa Civil reacendeu insatisfações com o trabalho desastrado de articulação política do Planalto.

A fritura do ministro foi atribuída a um consórcio de diversos integrantes do primeiro escalão —

entre eles o general Luiz Ramos, chefe da Secretaria de Governo. Onyx nunca foi unanimidade entre os líderes do Congresso, mas o militar também acumula desafetos. Sua relação é especialmente ruidosa com Davi Alcolumbre, presidente do Senado.

Em dezembro, Ramos descreveu o Planalto como "um serpentário". "Quanto mais próximo do presidente, mais você é alvo. Assim, se você me atinge, atinge o presidente", disse. Sua analogia será testada agora.

O governo também produziu atritos quando o ministro da Educação demitiu, sem aviso prévio, um aliado de Rodrigo Maia do FNDE — órgão com orçamento de R\$ 55 bilhões. O presidente da Câmara aproveitou as barbeiragens do Enem e disse que Abraham Weintraub é "um desastre".

Perturbações como essas certamente não ajudam a agenda que Bolsonaro gostaria de aprovar na Câmara e no Senado. Aos poucos, o Planalto perde o controle da reforma tributária e vê suas medidas de aperto fiscal andarem com lentidão.

Mercado do obscurantismo

REINALDO AZEVEDO

A existência de um mercado forte no Brasil sempre funcionou como uma barreira de contenção a governantes com parafusos a menos. Ou por outra: “Não fale e não faça besteira, ou os indicadores econômicos degradingolam, as expectativas se deterioram, o pessimismo aumenta, e tudo se complica”.

É assim, mais marcadamente, desde a redemocratização. A rigor, os estertores do regime militar já traziam os indicadores de mercado a dizer: “Acabou o ciclo; hora de voltar para a casa e deixar que a sociedade se vire”. Em síntese: os mercados atuavam como agentes civilizadores da política.

Ainda que o capital, por si, seja amoral e não olhe a cor dos gatos desde que cacem ratos, o fato é que, há muitos anos, no Brasil, os mercados resolveram apreciar a democracia. Se seus valores são referendados pelas forças políticas influentes, sobe o preço dos ativos;

se o contrário, então o contrário. Há muitos anos não é bom negócio especular contra direitos fundamentais e valores civilizatórios.

Um fenômeno, no entanto, se dá com o governo de Jair Bolsonaro — a rigor, manifestou-se já desde a sua candidatura — que consiste num completo descolamento entre a política e a economia. Uma hora, é claro, isso acaba. E muita gente pode ser surpreendida pelo estouro da bolha. Por enquanto, não há sinais de que vá acontecer.

Os indicadores de mercado deixaram de servir de advertência contra destrambelhamentos do chefe. Não importa o número de besteiras que façam o mandatário e seus comandados, o otimismo resiste, como a dizer: “Ah, isso tudo é só política! Danem-se! Não temos nada com isso”.

Conversem com um desses agentes de mercado e peçam que citem, deixem-me ver, três fatores

objetivos que justifiquem o otimismo. E vocês vão constatar que as pessoas não têm o que dizer a não ser repetir um elenco de promessas ainda eleitorais, na certeza de que Paulo Guedes vai realizar um milagre — afinal, fingem ser ele o presidente da República, não Jair Bolsonaro.

Deve haver nisso elementos de psicologia social. Esses tais mercados não queriam o PT de jeito nenhum — embora não conseguissem, do seu exclusivo ponto de vista, explicar por que não, já que ganharam dinheiro como nunca na era petista. Os demais candidatos identificados com teses de mercado não emplacaram — Geraldo Alckmin em particular.

E aí sobrou o candidato exótico, com sua impressionante capacidade de dizer asneiras sobre todos os assuntos — e isso incluía os mercados. Ocorre que Paulo Guedes entrava na equação: o candidato, de verdade, para aquele público em particular, seria ele, Guedes, não aquele adulto infantilizado e





truculento que fazia arminha com as mãos...

E foi assim que os mercados aprenderam a não dar bola para Bolsonaro e, de modo mais amplo, para a política. Por óbvio, isso só torna mais agudos os nossos problemas e nos conduz ao atraso com mais determinação. Sim, uma hora a bolha estoura. Mas esse é só o contratempo de curto prazo. Há os prejuízos de longo prazo, para os quais Rodrigo Maia (DEM-RJ), presidente da Câmara, chamou a atenção na quarta (29), durante um seminário sobre economia.

Tivessem os tais mercados reagido às coisas estúpidas que já fez o ministro Ricardo Salles, do Meio Ambiente, por exemplo, e ele já estaria cuidando de seus assuntos privados, e o país certamente estaria recebendo um fluxo maior de investimentos estrangeiros. Guedes

sentiu em Davos o peso da repulsa à política ambiental. Bolsonaro teve de tirar da cartola, da noite para o dia, um conselho para tratar da Amazônia e a Força Nacional Ambiental.

A pressão veio de fora. Os nossos caramurus não estavam nem aí. Se o presidente cismar em derrubar metade da Amazônia, o negócio é comprar papéis de alguma madeira...

É essa alienação da realidade que permite que um Abraham Weintraub continue a produzir atraso histórico a cada hora que permanece à frente do Ministério da Educação, multiplicando ignorância e incompetência. No longo prazo, é um desastre. No curto, rende alguns memes nas redes sociais e ponto.

Os mercados se tornaram parceiros do obscurantismo. Até quando?

Justiça cancela bônus de R\$ 764 mil em universidade do RN

Pedro Prata

A Justiça Federal determinou a extinção do pagamento de R\$ 764 mil em vantagens e gratificações indevidas a servidores da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (Ufersa). A decisão da 8.ª Vara Federal do Rio Grande do Norte acolhe pedido da Advocacia-Geral da União (AGU). O objetivo da ação era anular atos da Universidade que permitiam o pagamento de gratificações a servidores amparadas em decisões judiciais.

A história começou há dois anos e meio. Em agosto de 2017, o Tribunal de Contas da União (TCU) determinou que a universidade suspendesse o pagamento das gratificações após constatar que “tais vantagens e gratificações eram incompatíveis com o regime jurídico”. Os servidores públicos, por meio do sindicato da categoria, recorreram. Desde então, alguns juízes concluíram que eles poderiam voltar a receber os benefícios, apesar de entendimento contrário do TCU.

A universidade informou que, após ser avisada pelo TCU, os servidores foram notificados e apresentaram suas defesas para “evitar injustiças no decorrer do processo”. “As defesas dos servidores foram realizadas com o apoio das entidades sindicais, que pugnaram pela manutenção dos pagamentos com base nos princípios da segurança jurídica e da coisa julgada”, afirmou a universidade.

Mesmo após a apresentação da defesa, o TCU manteve a determinação que considerou os pagamentos indevidos. “Com a decisão administrativa formada, os pagamentos cessaram e os interessados, por meio da entidade sindical, ajuizaram ação na 8ª Vara Federal, que expediu sentença concordando com o término desses pagamentos”, informou a universidade.

O Sindicato Estadual dos Trabalhadores em Educação do Ensino Superior do Rio Grande do Norte não respondeu ao contato da reportagem.

Secretário de Educação Superior deixa o MEC

O Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação (MEC), Arnaldo Lima Junior, pediu demissão ontem em meio a uma das maiores crises da pasta, causada por erros na divulgação de notas no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e falhas no Sistema de Seleção Unificada (Sisu). Embora a prova seja de responsabilidade de outro órgão do MEC, o sistema, usado para o ingresso em universidades públicas, era de sua responsabilidade.

Um dos principais auxiliares do ministro da Educação, Abraham

Weintraub, Lima comunicou seu desligamento alegando motivos pessoais. Ele nega que sua demissão tenha sido causado por problemas com o Sisu.

A saída foi antecipada ontem pelo estado.com.br. Em carta, obtida pelo Estado, Lima diz que nunca deixou de “ousar” ao exercer seu trabalho na pasta e que não fez nada “sozinho”. Afirma ainda ter contado com apoio de Weintraub nos nove meses em que ficou no cargo.

A divulgação da lista de

aprovados na 1.^a chamada do Sisu chegou a ser impedida pela Justiça após o MEC admitir erros na correção de algumas provas do Enem. Após o Superior Tribunal

de Justiça (STJ) liberar a divulgação dos resultados, participantes do exame relataram problemas na lista de espera. Procurado, o MEC disse que o sistema funcionava normalmente.

Outro problema relatado foi o vazamento de uma lista “não oficial” no site do Sisu na terça-feira, antes de a divulgação ser liberada pelo STJ. Apesar da proibição judicial, o ministério confirmou que uma lista que “não representava o resultado oficial” ficou disponível e pôde ser vista “por alguns minutos”.

Lima é funcionário de carreira do antigo Ministério do Planejamento, hoje na pasta da Economia, e retorna à sua função anterior. Ele deixa o cargo no mesmo dia em que o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), subiu o tom das críticas a Weintraub (leia mais nesta pág.).

Lima foi responsável pelo

desenho do Future-se, que tem o objetivo de captar recursos privados para universidades federais. Principal bandeira de Weintraub para essas instituições, o programa foi alvo de críticas de reitores. Apresentado em julho, o Future-se terminou a fase de consulta pública na semana passada e ainda precisa de aval do Congresso.

No comunicado da demissão, Lima afirma ainda que ajudou a criar a ID Estudantil, o Diploma Digital, o Novo Revalida, de validação de diplomas médicos obtidos no exterior, e a aperfeiçoar o Fies, programa de financiamento estudantil. Ainda segundo a carta, foram alocados R\$ 230 milhões para investimentos em placas fotovoltaicas e para concluir obras paradas ou em andamento nas federais.

Em novembro, em parecer revelado pelo Estado, uma comissão da Câmara criada por Maia apontou paralisação no planejamento e execução de políticas públicas por parte do MEC. Foi a primeira vez que o Legislativo criou um grupo para averiguar o trabalho de um ministério.

Caminho aberto para a reforma ministerial



Onyx Lorenzoni estava em férias nos Estados Unidos, mas a expectativa é de que ele antecipe a volta e chegue hoje a Brasília

Esvaziamento da Casa Civil pode deflagrar mudanças na Esplanada. Comandos das pastas da Educação e da Saúde estão no radar de parlamentares, e outras podem ser reestruturadas, como a do Desenvolvimento Regional, a da Cidadania e a do Turismo

RODOLFO COSTA

A desautorização de decisões tomadas pela Casa Civil e a transferência do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) para o Ministério da Economia impõem ao titular da pasta, Onyx Lorenzoni, uma desidratação inédita no atual governo. Sobretudo porque o ministro é um aliado de primeira

hora do presidente Jair Bolsonaro. Mas as medidas tomadas, ontem, pelo chefe do Planalto repercutiram rapidamente na Esplanada dos Ministérios. A leitura feita por parlamentares e no próprio Executivo é de que isso abre a possibilidade de discussão de uma reforma ministerial.

O cabo de guerra nos bastidores está montado, mas Lorenzoni não será destituído do cargo. É esperada uma readequação na Presidência da República, na qual a Casa Civil deve receber algumas estruturas já existentes e uma secretaria para articular a entrada do Brasil na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

(OCDE). “Já houve desgaste demais com coisas moralmente ruins, mas insuficientes para derrubar o Onyx”, analisou um interlocutor governista, embora reconheça o estremecimento na relação. “Abalada ela já está. Fica inconveniente, mas não é hora para se falar em demissão”, disse.

A reestruturação no Planalto, entretanto, abre espaço para a discussão de mudanças nos primeiros escalões. É aí que residem os entraves. Enquanto Bolsonaro culpa a classe política por almejar postos de destaque no governo, congressistas argumentam que, na verdade, é ele quem inicia algumas das ideias de ajustes na Esplanada, como o desmembramento do Ministério da Justiça e Segurança Pública em dois. “Foi o presidente quem aventou a ideia, sinalizando ceder o eventual recriado Ministério da Segurança Pública para o Fraga”, apontou um parlamentar, numa referência ao ex-deputado Alberto Fraga (DEM-DF). O ex-deputado é um dos principais conselheiros de Bolsonaro, para quem o presidente chega a ligar até de madrugada.

Disputas

Deputados e senadores não negam o interesse em, eventualmente, assumir um ministério. É prestígio e caminho para mostrar serviço e elevar capital político nas bases eleitorais. Mas eles garantem que as conversas por





mudanças na Esplanada não partem unicamente do Congresso. O próprio governo, antevedendo votações importantes no parlamento, neste ano, não descarta ceder espaços a aliados mais fiéis.

No Ministério da Educação, por exemplo, há uma ala que trabalha com a possibilidade de o senador Izalci Lucas (PSDB-DF), vice-líder do governo no Senado, assumir o comando da pasta em uma eventual exoneração do titular, Abraham Weintraub, que, ontem, foi criticado pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia, do DEM-RJ (leia reportagem ao lado).

Já o Ministério da Saúde, que detém o maior orçamento da Esplanada, de R\$ 136,25 bilhões — segundo o Portal da Transparência —, é outro cobiçado numa eventual reforma ministerial. Alguns partidos tentam emplacar o nome do deputado Ricardo Barros (PP-PR) no lugar de Luiz Henrique Mandetta (DEM).

Divisão
Nos bastidores, o Executivo

acena com a possibilidade de dividir o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) e transformar a Secretaria Especial de Cultura em ministério, retirando-a da pasta do Turismo. Uma reestruturação do Ministério da Cidadania também não está descartada. Nessa formatação, o titular, Osmar Terra (MDB), permaneceria como ministro do Desenvolvimento Social, liberando a Secretaria Especial de Esportes.

Tudo ainda está sendo analisado e dialogado. O próprio Bolsonaro reconheceu, na terça-feira, que existem disputas por espaços no governo. Admitiu que, até hoje, tentam dividir o MDR. “Isso é comum. (...) O pessoal quer a luta pelo poder, o tempo todo tem alguém beliscando um ministério”, declarou. Não afirmou, contudo, que fará, de fato, uma reforma ministerial. Mas, também, não garantiu a permanência de todos os ministros nas atuais estruturas. Disse que o único garantido no posto é o vice-presidente Hamilton Mourão, justamente porque foi eleito.

O ranking da educação

Levantamento do gabinete do deputado Eduardo Pedrosa (PTC) indica que o governo Ibaneis, até agora, proporcionalmente destinou mais recursos para a educação que a gestão anterior. Foram 27,23% do orçamento total, contra 26,90% da administração de Rollemberg. O mínimo estabelecido pela Lei Orgânica é de 25%. Mas esses percentuais estão abaixo de governos anteriores. Pelos cálculos do distrital, desde 2003, José Roberto Arruda, entre 2007 e 2009, foi o que mais dedicou recursos para a manutenção e desenvolvimento do ensino. O montante ficou em 33,61%. Em seguida, vem Joaquim Roriz, com 31,75%. Em 2010, na gestão de Rogério Rosso, o percentual foi de 29,68%. E Agnelo Queiroz transferiu 27,97%.

TRANSPORTE »

Mais uma vez nas ruas

Em protesto contra reajuste tarifário, estudantes entregaram carta de reivindicações ao governo do DF

» MATHEUS FERRARI



Manifestantes ocuparam uma das faixas do Eixo Monumental

A queda de braço entre a população e o Governo do Distrito Federal sobre o aumento nas tarifas de ônibus e metrô continua. Ontem, dezenas de pessoas protestaram em frente ao Palácio do Buriti contra os valores anunciados pelo GDF na primeira quinzena de janeiro. Líderes da manifestação protocolaram uma carta de reivindicações a respeito do transporte público na capital. O documento foi entregue à Secretaria de Atendimento à Comunidade.

Entre outros pontos, os manifestantes questionam a falta de transparência do Executivo no que diz respeito aos cálculos da tarifa técnica.

Para o estudante de geografia Lucas Bragança, 24 anos, coordenador-geral do Diretório Central dos Estudantes da Universidade de Brasília (DCE/UnB), o protesto também foi uma forma de manter o debate sobre o transporte em pauta na cúpula do governo. “Estamos em uma série de mobilizações desde o início do ano e vamos realizar outros atos”, disse o morador de Águas Claras.

A manifestação foi convocada por meio das redes sociais pelo DCE/UnB e contou com o apoio do Movimento Passe Livre (MPL). Depois de se reunirem no estacionamento do Ginásio Nilson Nelson, os manifestantes seguiram em direção ao Palácio do Buriti e ocuparam uma das faixas da via N1, no Eixo Monumental. A Polícia Militar acompanhou e não registrou ocorrências.

De acordo com o integrante do MPL Paíque Duques, 34, a sequência de protestos é parte da estratégia para revogar o reajuste. “O governo espera o nosso cansaço. Eles acreditam que as manifestações vão ocorrer em janeiro, fevereiro e, no máximo, março. O que temos a informar é que nosso horizonte de lutas é anual. Para lutar contra o

aumento, derrubá-lo e construir uma nova forma de financiar o transporte”, pontuou.

Moradora de Sobradinho 2, Lísya Borges, 22 anos, argumenta que a qualidade do serviço oferecido pelo GDF não condiz com a tarifa cobrada. “O transporte público em Brasília é péssimo. No geral, a integração não funciona. Em Sobradinho 2, as linhas são reduzidas. No domingo, não há ônibus, praticamente. Os ônibus que existem quebram e são sujos. Além disso, saem da rodoviária atrasados e estão sempre cheios”, reclamou a estudante de história da UnB.

Para Jéssica Karine Almeida, 21, o tempo de espera pelo transporte e a limitação nas integrações também são pontos questionáveis na mobilidade local. “Tem ônibus que demora mais de uma hora e meia pra chegar ao terminal do Gama. Além disso, a tarifa é muito cara para um transporte onde o metrô, por exemplo, não abrange todo o DF.”

Atos

Em 14 de janeiro, um dia após o reajuste de passagens, o MPL organizou uma manifestação contra a medida. Na ocasião, centenas de pessoas seguiram da W3 Sul até a Rodoviária do Plano Piloto. O ato terminou sem registros de ocorrências.





Uma semana depois, Taguatinga recebeu um protesto também contra o aumento das tarifas de ônibus e metrô. Na noite de 21 de janeiro, manifestantes reuniram-se na Praça do Relógio, para uma contestar os novos valores. Na ocasião, os participantes caminharam pelo centro da região administrativa. Atos semelhantes ocorreram em Ceilândia e no Paranoá ao longo do mês.

Novos preços

Em 13 de janeiro, começou a valer o aumento de 10% nas tarifas do transporte público de Brasília. O reajuste foi feito em todas as modalidades. Viagens de metrô e de ônibus de integração, que custavam R\$ 5, passaram para R\$ 5,50. Os ônibus de R\$ 3,50 chegaram ao valor de R\$ 3,85, e as passagens de R\$ 2,50 foram para R\$ 2,75.

Desde a implementação da medida, o Governo do Distrito Federal argumenta que o aumento é necessário para diminuir o deficit no setor. Segundo a secretaria de Transporte e Mobilidade, a dívida do GDF com empresas de ônibus chega a R\$ 247 milhões.

No dia 14, pouco antes da primeira manifestação contra o reajuste, o governador Ibaneis Rocha (MDB) também defendeu a necessidade da mudança. No dia 16,

o chefe do Executivo local assinou um decreto autorizando a diminuição de R\$ 0,05 nas passagens de ônibus que, com o reajuste inicial, ficaram com valores quebrados. As tarifas passaram então de R\$ 3,85 e R\$ 2,75 para R\$ 3,80 e R\$ 2,70, respectivamente. Segundo Ibaneis, o objetivo foi facilitar o troco.

Na Justiça

Dois dias após a implementação do aumento, quatro deputados distritais acionaram a Justiça e protocolaram um pedido de revogação. O documento foi assinado por Chico Vigilante (PT), Arlete Sampaio (PT), Fábio Félix (PSol) e Reginaldo Veras (PDT).

Em decisão publicada no dia 17, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) negou a solicitação. O juiz Roque Fabrício Antônio de Oliveira, da 4ª Vara da Fazenda Pública, entendeu que “o reajuste tarifário não importa em lesão ao patrimônio público de nenhuma forma”. Segundo o magistrado, “a rigor, a medida tende a ter efeito exatamente contrário, na medida em que a elevação de receita derivada do aumento do preço da tarifa reduz o volume de recursos que deverão ser repassados pelo ente público às empresas que operam o sistema de transporte público coletivo”.

EDUCAÇÃO »

À espera de reformas

GDF trabalha para reinaugurar cinco escolas fechadas por falta de reparos. Segundo a Secretaria de Educação, R\$ 43,4 milhões foram investidos em manutenção e obras em 2019 e 2014 509 colégios receberam intervenções

DARCIANNE DIOGO
WALDER GALVÃO



Centro de Ensino Médio 10 de Ceilândia completou cinco anos sem funcionar

Das 683 escolas públicas do Distrito Federal, 509 receberam algum tipo de manutenção ou reforma em 2019, de acordo com a Secretaria de Educação. No ano, R\$ 43,4 milhões foram investidos para realizar esse tipo de serviço. Mas, a 10 dias do início do ano letivo na rede pública, nem todas as unidades estão prontas para receber os alunos. Cinco delas estão fechadas por falta de reparos, e os alunos foram distribuídos em outras instituições.

O Correio visitou algumas dessas escolas fechadas. Do lado de fora

da Escola Classe (EC) 59, em Ceilândia, há pichações, e a vegetação começa a tomar conta. Em uma brecha no portão principal do local é possível ver que a vegetação interior também demanda cuidados. O espaço está fechado há dois anos.

Também em Ceilândia, no Centro de Ensino Médio (CEM) 10, fechado há cinco anos, a situação é semelhante. O colégio não tem placas de identificação, e o mato está alto. Em Taguatinga, na Escola Classe (52), desativada desde julho do ano passado, um aviso fixado no portão informa a população que as atividades do lugar estão sendo desenvolvidas provisoriamente na Escola Classe 45, também em Taguatinga. A secretaria informou que está em fase final de negociações para disponibilizar um novo espaço para os estudantes já a partir do primeiro dia de aulas.

O secretário de Educação, João Pedro Ferraz, garantiu que as cinco unidades desativadas serão reinauguradas. Segundo ele, o Centro de Ensino Fundamental (CEF) 1 da Vila Planalto está em fase final de reconstrução, e a previsão para a reabertura é em abril. Além disso, a EC 59, o CEM 10 de Ceilândia e o Caic Castello Branco, no Gama, estão com os editais em análise para a abertura da licitação. As obras do CEM 10, de acordo com Ferraz, devem começar entre 30 e 60 dias. “O processo de

inauguração e reconstrução já está em trâmite. O prazo para a entrega é janeiro de 2021. Estimamos que o valor da construção seja de R\$ 9 milhões”, informou o secretário. A EC 52 de Taguatinga terá continuidade no processo licitatório, autorizado em janeiro pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF).

Diretor do Sindicato dos Professores (Sinpro), Samuel Fernandes afirmou que pequenas ações da secretaria são caracterizadas como manutenção ou reforma. “Se uma equipe troca um cano, a ação entra na estatística da pasta como reforma. Temos muitas escolas no DF que precisam ser reconstruídas de verdade”, destacou. Entre os problemas destacados por ele estão questões estruturais, de vazamento de água e edifícios antigos, que podem oferecer riscos aos estudantes.

Ainda segundo Samuel, ações imediatas precisam ser implementadas. Caso contrário, a tendência é que a situação das edificações piore. “Temos escolas funcionando em situação precária e outras fechadas por falta de reforma. O que precisamos é de um trabalho efetivo nessas obras”, reforçou.

O secretário de Educação reconheceu a diferença entre os serviços. “É importante ressaltar que reforma e reconstrução são coisas





distintas. A reforma é quando faço uma troca de um piso, de forro ou da rede elétrica, por exemplo. A reconstrução é quando derrubamos tudo e começamos do zero”, diferenciou João Pedro.



Escola Classe 59: edital para abertura de licitação está em análise pelo governo

Novidades

O Sol Nascente e Pôr do Sol ganhará uma nova unidade de ensino. A Escola Classe Juscelino Kubitschek será inaugurada em 13 de fevereiro. Estudantes da pré-escola e dos iniciais do ensino fundamental poderão ter aulas no local, que deverá comportar 960 alunos.

Ainda em fevereiro, o GDF pretende inaugurar cinco creches com 870 vagas. Elas ficarão em Ceilândia, no Lago Norte, em Samambaia e em São Sebastião. “A oferta de equipamentos para a

educação é tudo que precisamos entregar. Os reparos e as manutenções são demandas constantes que precisamos sanar”, afirmou o secretário.

Além disso, a Secretaria de Educação deu exemplos de algumas reformas feitas em unidades de ensino da capital. A Escola Classe 29, em Ceilândia, recebeu reparos na cantina, pintura e troca da rede elétrica, do forro e do piso. A Escola Classe 12, também na região administrativa, ganhou novo piso do pátio.



Escola Classe JK será inaugurada em 13 de fevereiro na região do Sol Nascente e Pôr do Sol

“A reforma é quando trocamos um piso, um forro ou a rede elétrica, por exemplo. A reconstrução é quando derrubamos tudo e começamos do zero”

João Pedro Ferraz, secretário de Educação